

UMA ANÁLISE SOBRE A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NA LEITURA E ESCRITA

Janete Batalha Ploia*

RESUMO

No mundo atual, observa-se que o mínimo que se espera é que toda a criança aprenda a ler e a escrever adequadamente, para que possa adentrar na educação básica de forma plausível, podendo prosseguir sem sequelas para o próximo nível de conhecimento. Contudo, a educação básica ainda apresenta grandes barreiras e dificuldades de aprendizagem na leitura e escrita, podendo ser vista com frequência nas salas de aula, sendo o papel do professor oportunizar métodos que colaborem com a eliminação dessa problemática e a posteriori relate a instituição e a família, caso o problema continue. Desse modo, este artigo tem como objetivo refletir e analisar as dificuldades de aprendizagem na leitura e escrita no processo referente à educação básica do Brasil. Como metodologia adotada utilizou-se uma revisão bibliográfica a fim de fundamentar os pensamentos reflexivos sobre a temática estudada. Por meio dos resultados pode-se observar e refletir que a maioria das crianças quando chegam na escola acabam trazendo inúmeras experiências na prática da linguagem escrita, sendo que algumas têm vaga experiência com a linguagem oral. É nesse sentido, que os professores devem atuar no auxílio dos educandos que enfrentam dificuldades de aprendizagens no âmbito escolar, realizando uma varredura de suas necessidades e oferecendo soluções apropriadas para cada situação, tais como: uso de ferramentas visuais, midiáticas, desenhos e diagramas, a fim de facilitar o processo de ensino.

Palavras-chaves: Dificuldade. Leitura. Escrita. Papel do professor.

1 INTRODUÇÃO

Em uma visão expandida sobre os fundamentos da escrita, pode-se afirmar sem dúvida, que é um dos tipos de comunicação mais utilizados desde o princípio das civilizações, fazendo parte do berço histórico do ser humano, devido ao fato de que por meio dela houve o aperfeiçoamento das práticas do saber. É relevante entender que a história da escrita perpassa por várias épocas e culturas, sendo sua forma evolutiva característica da comunicação entre os povos, essencialmente no que se diz respeito ao comércio.

Dessa forma, ao perceber que a linguagem figura-se em todo o lugar, a sua compreensão torna-se fundamental para a sociedade, bem como para toda a humanidade, pois, auxiliar no progresso da interação e conectividade entre os indivíduos, trabalhando não somente a parte da mentalidade do homem, mas também a sua proximidade para novos entendimentos com relacionamentos interpessoais (WEISS, 2003).

Outro ponto principal para o sucesso da escrita e leitura dos educandos no sistema educacional é o direcionamento de um psicopedagogo, profissional indicado para dar assistência necessária não somente ao educando com dificuldade, como também para sua família, sendo fundamental para ajudar na inclusão das crianças que sofrem com problemas de assimilação de conhecimentos se sentem rejeitadas pelo modelo escolar. Dessa forma, ter um profissional desse nível ajuda na ação preventiva e diagnóstica, para detectar e solucionar os problemas junto aos proponentes do ensino, seja, ele educador, escolar e ou familiar (CAGLIARI, 2004).

Dentro nos parâmetros educacionais observa-se que existem diversos tipos de alunos, onde uns conseguem assimilar de maneira positiva os conteúdos e conhecimentos, correspondendo ao plano de ensino básico, porém não se pode esquecer aqueles que apresentam certa dificuldade na aprendizagem e não conseguem atingir o nível dos demais alunos, se fazendo necessário a intervenção do educador que tende a utilizar novos modelos metodológicos para que essas crianças possam caminhar progressivamente na realidade da trilha do sucesso educacional (BESSA, 2018).

Nesse contexto, o assunto abordado nesse trabalho é de suma importância devido a questão do processo de ensino e das práticas pedagógicas envolvidas, tendo como foco central o progresso de aprendizagem do aluno, despertando assim a estima de todos proponentes.

Logo, este trabalho justifica-se pela relevância do tema, pois, para a humanidade crescer se faz necessário formar cidadãos que detenham pelo menos um nível de educação básica, capazes de compreender por meio da leitura e da escrita o que acontece ao seu redor, sejam acontecimentos políticos, sociais e econômicos, favorecendo a sociedade como um todo.

2 DESENVOLVIMENTO

O presente artigo foi norteado por pesquisa científica conforme os seguintes tópicos.

2.1 Natureza da pesquisa: Em função do objetivo do artigo, adotou-se como procedimento metodológico uma pesquisa do tipo explicativa, com a finalidade de gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos, nesse caso que a dificuldade de aprendizagem na leitura e na escrita (ANDRADE, 2001).

2.2 Do ponto de vista da abordagem: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, utilizada para quando não há necessidade da utilização de métodos e técnicas estatísticas. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente (ALYRIO, 2008).

2.3 Do ponto de vista dos objetivos: Trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura, onde se utilizou de trabalhos, artigos e periódicos da capes para a construção do pensamento filosófico da pesquisa e sua posterior análise. Logo, trata-se da combinação da pesquisa exploratória (que visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses) com a pesquisa descritiva (que visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis) (BARRETO, 2002).

2.4 Do ponto de vista do procedimento técnico: O universo a ser estudado é justamente a dificuldade de aprendizagem na leitura e escrita, realizando uma abordagem em forma de revisão de literatura (VERGARA, 2004). Para obter uma avaliação plausível sobre a temática em questão utilizou-se como instrumento de coleta de dados diversos trabalhos que abordam esse assunto ainda pouco explorado na área no setor educacional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.

Após a coleta de dados obtidos em artigos de periódicos da capes, separou-se os que envolvem a educação básica e realizou-se uma leitura profunda a fim de se construir o

pensamento filosófico do artigo e realizar uma análise reflexiva plausível, agregando valores para futuras pesquisas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Dificuldades de aprendizagem de leitura e escrita

Para Almeida (1995), quando alguns autores analisam as dificuldades de aprendizagem, referem-se aos déficits ou transtornos de tipo neurológico, incapacidades ou insuficiências que afetam direta ou negativamente o rendimento acadêmico.

Os estudos mais comuns da maioria dos autores, que tratam desse tema, avaliam a discrepância que existe entre o nível de rendimento do aluno e o seu desenvolvimento intelectual ou capacidade de raciocínio. Tal discrepância demonstra que determinados alunos não podem aprender com procedimentos e materiais que são comuns para outros e, portanto, necessitam de estratégias educativas de intervenção.

É importante ressaltar destacar os processos gerais do raciocínio ou inteligência, entendidos em duplo sentido: capacidade de planejar, organizar e dirigir os recursos cognitivos que levam à aquisição das aprendizagens escolares; e a capacidade para colocar em funcionamento tais recursos, de maneira que permitam que tal aquisição seja eficiente.

Coll (1996) comenta que, entre as inúmeras definições de dificuldades de aprendizagem, a do National Joint Committee of Learning Disabilities– NJCLD, 1988, é a que reúne maior consenso internacionalmente.

Essa definição, para Garcia (1998), compreende o seguinte conteúdo: Dificuldades de aprendizagem (DA) é um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por dificuldades significativas na aquisição e utilização da compreensão auditiva, da fala, da leitura, da escrita e do raciocínio matemático. Tais desordens, consideradas intrínsecas ao indivíduo, presumindo-se que sejam devidas a uma disfunção do sistema nervoso central, podem ocorrer durante toda a vida.

Problemas na auto-regulação do comportamento, na percepção social e na interação social podem existir com as DA. Apesar das DA ocorrerem com outras deficiências (por exemplo, deficiência sensorial, deficiência mental, distúrbios sócio-emocionais) ou com influências extrínsecas (por exemplo, diferenças culturais,

insuficiente ou inapropriada instrução, etc), elas não são o resultado dessas condições”. Tal definição, na opinião do autor, é extremamente complexa, agrupando uma variedade de conceitos, critérios, teorias, modelos e hipóteses.

Na concepção crítica de Almeida (1995), é entendido que a conceituação e a diferenciação entre distúrbios e dificuldades de aprendizagem têm causado polêmica, não havendo consenso entre os diferentes autores quanto à sua etiologia.

Calafange (2004) apontam os distúrbios ou as dificuldades de aprendizagem como implicados em alterações biológicas, orgânicas, individuais, envolvendo uma disfunção neurológica.

Por esse motivo, é necessário que se faça uma distinção entre os dois termos e acredita-se que as dificuldades de aprendizagem, apesar de se manifestarem no sujeito que aprende, não têm sua origem apenas nas características pessoais do aluno, envolvendo também fatores relacionados ao núcleo familiar, à escola e ao meio social.

Dessa forma, os distúrbios referir-se-iam a alterações ou perturbações na aquisição do conhecimento, cujas explicações encontrariam respostas na clínica e nos discursos médicos, uma vez que o problema seria visto como uma entidade nosológica, como uma “doença” ou uma “disfunção” (NÉBIAS, 2011).

O termo dificuldades de aprendizagem não pode ser entendido como distúrbio de aprendizagem. Comentam que o uso indiscriminado e bastante disseminado dos termos distúrbios, dificuldades, perturbações ou disfunções de aprendizagem leva, muitas vezes, a rotulações que não contribuem para a compreensão, prevenção e minimização dos problemas que podem ocorrer na relação ensino-aprendizagem.

Acredita-se que a imensa maioria dos problemas de aprendizagem, apontados pela escola, não constituem uma doença, uma patologia neurológica, pois se fosse esse o caso, estaria referindo-se a uma verdadeira epidemia. As dificuldades de aprendizagem seriam decorrentes de uma constelação de fatores (internos e/ou externos) de ordem pessoal, familiar, emocional, pedagógica e social que só adquirem sentido quando relacionados à história das relações e interações do sujeito com o seu meio, inclusive e, sobretudo, o escolar.

Maruny (2000) denota que as dificuldades de aprendizagem afetam crianças, jovens e adultos e não constituem um único problema, mas um conglomerado de problemas heterogêneos de dificuldades não acadêmicas com uma base principal na linguagem (processos fonológicos, morfológicos, processamento verbal na memória,

processos visuais e auditivos, etc.), e dificuldades acadêmicas na leitura, na escrita, no soletrar e na matemática.

Dockrell & McShane (1997) apreciam que as dificuldades de aprendizagem podem ser relativas a uma dificuldade específica, conforme ocorre quando uma criança tem problemas em alguma área particular como a leitura; ou pode tratar-se de uma dificuldade geral, como ocorre quando a aprendizagem é mais lenta que o normal em uma série de tarefas.

Comenta-se que para que possa ser identificada uma dificuldade de aprendizagem é necessário considerar uma avaliação, pois a partir de seus resultados pode ser planejada a aplicação de um programa de intervenção. Qualquer avaliação ou intervenção com uma criança com problemas de aprendizagem implica necessariamente algumas hipóteses acerca da origem deles e para que as avaliações sejam fiéis e válidas, o profissional deve conhecer o conjunto das variáveis que podem intervir na atuação infantil em tarefas específicas.

Os principais tipos de dificuldades, por ordem de frequência, foram alterações da fala, atraso mental, incapacidade para aprender, perturbações emocionais, deficiência mental e outras dificuldades relacionadas à saúde, déficits auditivos, déficits visuais, surdez e problemas de incapacidades múltiplas (DOCKRELL & MCSHANE, 1997).

Apesar dos esforços de investigação realizados e de muitas intenções para definir as dificuldades de aprendizagem, ainda não existe uma definição operacional comumente aceita, pois elas formam um grupo heterogêneo.

Dockrell & McShane (1997) explicam que, para o entendimento das dificuldades de aprendizagem, devem-se compreender três aspectos que englobam a tarefa, a criança e o ambiente e a análise de cada um deles tem algo a contribuir para o tratamento das dificuldades de aprendizagem. Também é importante que sejam inseridos os métodos que avaliam as habilidades cognitivas, assim como outros atributos psicológicos relevantes.

Se analisarmos a tarefa ou as tarefas nas quais a criança apresenta dificuldades, temos que compreender quais seriam as habilidades necessárias para uma atuação com êxito. O objetivo da análise da tarefa é o de decompô-la em uma série de tarefas menores. Quando são conhecidas essas séries de tarefas, pode ser determinado em que medida uma criança que apresenta uma dificuldade pode realizar cada uma das subtarefas.

Desse modo, tenta-se o mais precisamente possível identificar a natureza da

dificuldade. Pode-se considerar, por exemplo, uma criança que tem dificuldades para escrever as letras. Cada letra pode ser decomposta nas linhas que a compõem e a forma em que se conectam entre si. Se a criança não conseguir traçar as linhas, pode ser decidido trabalhar o aperfeiçoamento de tal habilidade, porém, se ela conseguir traçar as linhas razoavelmente bem, a intervenção pode ser concentrada na habilidade para juntar essas linhas com a orientação apropriada para formar as letras.

Compreender o ambiente é importante em dois sentidos: ele pode, em alguns casos, ser um fator importante que contribua para os problemas das crianças, e também, pode não contribuir para a dificuldade, sendo possível, às vezes, modificá-lo para que seja facilitada a aquisição da habilidade de que a criança necessita.

As dificuldades em leitura implicam normalmente uma falha no reconhecimento e na compreensão do material escrito, sendo que o primeiro é o mais básico de todos os processos, pois o reconhecimento de uma palavra é anterior à compreensão dela, e assim, esse transtorno manifesta-se por uma leitura oral lenta, com omissões, distorções e substituições de palavras, com interrupções, correções e bloqueios (PAIN, 1985; DOCKREL & MCSHANE, 1997)

Há crianças que têm, apenas, problemas nas operações relacionadas ao reconhecimento das palavras, e podem compreender uma explicação oral (nomeados por disléxicos). Também existe um grupo de crianças que lêem bem as palavras, mas possuem sérias dificuldades para compreender o que lêem (alunos com dificuldades na compreensão).

Analisando detalhadamente as habilidades implicadas no reconhecimento e na compreensão, os disléxicos teriam a compreensão oral, mas seriam deficitários no reconhecimento das palavras escritas e na compreensão dos textos. As crianças com dificuldades na compreensão e os hiperléxicos seriam bons no reconhecimento das palavras, mas falhariam na compreensão oral e na da escrita. E, o outro grupo seria deficitário no reconhecimento das palavras, e em ambas as formas de compreensão (oral e escrita).

Diversos pesquisadores relatam a importância de se estudar a dislexia, dentre eles: Calafange (2004) e Martins (2003). Esses autores afirmam que esse termo está associado com a incapacidade de leitura que algumas crianças apresentam, mesmo possuindo uma memória boa, tendo boa saúde e recebendo a mesma instrução que os demais para a construção do saber em sala de aula.

Na realidade, é perceptível, dentro da sala de aula, aquela criança que não consegue avançar na leitura e na escrita, apresentando dificuldades para se familiarizar com as habilidades pedagógicas e também para utilizar a linguagem gramatical corretamente.

Na concepção do pesquisador Nunes (1992), em sua obra intitulada: Dificuldade na Aprendizagem da Leitura: teoria e prática, as crianças com dislexia são as que possuem dificuldade na aprendizagem da leitura e da escrita e esses entraves estão posicionados em grandes proporções, mesmo que muitas vezes recebam condições idênticas ou similares das outras crianças no processo de aprendizagem e o devido apoio da família, se incluindo no processo lento de absorção do conhecimento no processo de ler e escrever.

Desse modo, o que se pode observar é que, o aprendizado é passado para todos de forma igual, contudo nessa etapa existe o percurso lento, onde se enquadram aquelas crianças que apresentam dificuldades de assimilação da escrita e da leitura.

Mesmo que a criança apresente a dislexia no processo de aprendizagem, é fundamental que continue envolvida como proponente deste processo a fim de que possa guardar recordações visuais dos assuntos estudados e do sistema de repetição dos números e palavras para que sua mente associe a imagem com a leitura em si, beneficiando mesmo que de maneira lenta o ensino (NUNES, 1992).

Nas últimas décadas temos vista no meio educacional que se fez necessário uma mudança na utilização das chamadas ferramenta pedagógicas, com o intuito de transformar o ler e o escrever da criança algo mais significativo e notório para que a mesma possa alavancar suas habilidades e caminhar de maneira progressiva para descoberta de novos conhecimentos, enfrentando as dificuldades que podem aparecer por essa trilha e enquadrar a criança em um bem-estar com sua família, escola e com sua perspectiva individual.

Na realidade, a dislexia é uma das grandes dificuldades que uma criança pode apresentar, simplesmente pelo fato de que sua jornada pedagógica necessita da leitura e da escrita para que novos avanços possam ser alcançados.

Por esse motivo, a dislexia pode ser definida como algo que envolve especificamente a leitura, devendo ser algo rapidamente identificado pelos professores e pela família a fim de solucionar de maneira apropriada essa problemática.

Mediante a estas características que marcam a criança com dificuldades de

aprendizado de leitura e escrita, é essencial que haja uma maior preocupação por parte dos proponentes envolvidos no processo de aprendizagem, sendo ele familiar ou não, professor e ou educador, agindo sempre sem exclusão da criança e sem discriminação com a mesma, para que haja eficácia no ensino.

4.2 A função do educador diante das dificuldades da criança na leitura e escrita

É verdade que a criança, desde muito cedo, adquire conhecimentos sobre a maneira de escrever. Desse modo, é a função do educador estar atento a essa situação, incentivando e apoiando a criança para que ela se sinta segura de si mesma dentro do setor educacional. Assim, a o fator motivacional assume, neste sistema, um papel essencial (DAVI, 2004).

O que se ver na maioria dos casos em que há uma intervenção do professor para a problemática da dislexia, é que a criança com esses sintomas acaba ficando afastada do conjunto educacional da sala de aula, vivenciando momentos de meros figurantes dentro desse sistema, onde simplesmente deveria haver uma interação entre o educador e os seus alunos, em um ambiente de verdadeira harmonia para que todos possam desfrutar da sabedoria e do conhecimento que o processo dispõe por si só.

A funcionalidade do educador deve está atrelada a busca por novas metodologias e ferramentas pedagógicas que possam diversificar a maneira com que o mesmo lida com certos problemas em sala de aula, fazendo com que tenha mais variedades de respostas para cada tipo de situação, investindo sempre em uma resposta positiva para que haja progressão do processo de ensino.

Existem três fatores que são marcantes para que ocorra uma linha de sucesso na aprendizagem da leitura, sendo eles: o desenvolvimento da linguagem oral, a consciência fonológica e os comportamentos emergentes da leitura e da escrita, devendo ser trabalhados de forma clara, intencional e continuada.

Esses fatores impõem uma dualidade no pensamento filosófico do processo de ensino para uma criança disléxica, ou seja, quanto mais elevado esteja o entendimento da língua ora, em termos de expressão, vocabulário e complexidade frasal, maior sua aptidão para o processo de escrever. Lembrando, que a esquematização e a funcionalidade cerebral dão condições para que ocorra o sucesso ou fracasso do sistema de leitura, devendo apresentar sempre uma riqueza de estímulos habilitando a criança a se manifestar em termos de conhecimentos adquiridos e assimilados durante todo o processo

(MORAIS, 1997).

Nessa perspectiva, não basta somente ter o título de professor, pois ser professor é bem diferente de estar professor. O verdadeiro professor é acima de tudo um educador, sempre buscando melhoras no processo educacional assim como se reciclando diariamente para se qualificar e apresentar-se sempre preparado para novos obstáculos e desafios.

Para o desenvolvimento da criança/aluno, o professor apresenta-se como uma peça fundamental atuando como mediador dos entraves, das barreiras e das dificuldades apresentadas pelos discentes, sempre com o espírito colaborador e ajudador incentivando a criança a não perder o foco nem a esperança, diagnosticando e ao mesmo tempo remediando para formar e não para afastar o aluno (PINHEIRO, 1994).

De acordo com a pesquisadora Nébias (2001), o professor, sozinho em sala de aula, não consegue identificar os distúrbios de aprendizagem, mas pode avaliar com exatidão as dificuldades de aprendizagem. Entretanto, para que isso ocorra, é preciso que se tenha um profissional, na verdade um professor qualificado e em condições de desenvolver adequadamente seu trabalho. Se o professor puder atender as crianças com problemas nestes casos, com recursos e integração de informações, eventualmente parte dessas crianças não recorrerão a profissionais especializados.

Desse modo, a função do profissional (professor) será de observar e resolver as dificuldades, tentando investigar porque a criança não consegue aprender, utilizando-se de várias ferramentas pedagógicas a fim de solucionar essa problemática, e em outro caso, se somente se, o problema ainda persistir em ocorrer, irá encaminhá-lo para ordem mais específica, no caso os setores psicológicos, neurológicos entre outros.

Existem vários trabalhos relacionados a Psicologia Social, que explicam que a relativa expectativa e exigência, demonstram o quanto professores e alunos estão submetidos aos processos que geram preconceito e estereótipos.

De acordo com Saltine (2002), é bem mais fácil na atividade de um professor rotular este ou aquele aluno, escondendo a efetiva incompetência ao achar que a dificuldade de uma criança não é devida à qualidade de trabalho do profissional.

Quando uma criança é rotulada como portadora de dificuldade de aprendizagem, o professor confirma sua dificuldade de sensibilidade. Isso pode ser visto na obra de Rodrigues (1983), que destaca que os estudos que demonstram que a percepção inicial que professor e aluno se estabelecem nos primeiros contatos, tende a criar rótulos e que

todas as ações subsequentes serão igualmente encaixadas no rótulo que foi designado para o aluno ou para o professor (SALTINE, 2002).

O comportamento do indivíduo em relação à outra pessoa é baseado nas expectativas que ele tem em relação a ela. A tendência auto realizadora das expectativas professor x aluno, devem ser observadas pelo educando, no sentido de não haver desvios dos propósitos educacionais.

Nilsson (2003), afirma que é de extrema importância que os professores estejam alerta para essas questões, pois se afeto, emoção e desejo estão em estreita relação com a inteligência e vice-versa, nos casos de dificuldade de aprendizagem estes fatores estarão presentes na relação professor-aluno.

Dessa maneira, a relação entre professor x aluno, deve se levada em consideração baseada sempre em um processo dinâmico, onde os dois sujeitos participam ativamente da construção do aprendizado, negociando, reorganizando e reestruturando significados. Assim, desse modo, está na relação, e não nos sujeitos, o foco de análise para encontrar a explicação sobre as dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

Muito mais do que participar da transmissão do conhecimento, o educador deve sempre procurar fazer parte da construção do conhecimento, respeitando as possíveis diferenças encontradas durante o processo de ensino, sendo mais que um mestre, às vezes fazendo parte da família. Deste novo modelo de interação surge à confiança, o respeito mútuo e a amizade, características fundamentais para que haja uma troca sadia e construtora entre professor e aluno (NÉBAIAS, 2011).

Nessa perspectiva, por meio dos estudos de Oliveira (1993), pode-se perceber que os processos internos dentro do aspecto sociogênico demonstram que as funções mentais superiores ocorrem em dois momentos consecutivos: primeiro ao nível das interações sociais ou interindividuais, e segundo ao nível intrapsíquico. Este processo representa o principal mecanismo de transmissão da cultura e inserção do indivíduo no universo de significados e valores típicos do grupo social de que faz parte.

Dentro dessa realidade, é visível que é a relação com o próximo que permite ao sujeito a construção do conhecimento e o desenvolvimento. O desenvolvimento baseado na interação tem como condições a maturação do sistema nervoso assim como a qualidade das interações que o sujeito estabelece ao longo de sua vida, sendo a interação na situação educativa de grande importância para o desenvolvimento humano.

Na visão do autor Bessa (2018), as funções psíquicas são construídas na medida

em que são utilizadas nas relações interpessoais que a criança estabelece ao longo de seu desenvolvimento. Assim novas funções vão sendo desenvolvidas de forma diferente quando a interação ocorre na escola, em sala de aula ou em casa com parentes da criança. Nilsson (2003) explica que os acontecimentos dentro de sala de aula, no qual o professor exerce o poder sobre o aluno, não favorece o ensino se for olhado dessa forma, acarretando provavelmente um desequilíbrio prejudicial à aprendizagem. Isso reflete no que se pratica a denominada relação de confiança entre professor e aluno, como ponto crucial na aprendizagem, definindo então, confiabilidade como sendo a qualidade de relacionamento entre pessoas, como produto de trabalho que as pessoas fazem para alcançar relações de confiança em particular, no contexto institucional.

Cagliari (2004) complementa este estudo sobre a confiabilidade no processo de ensino, afirmando que o sucesso e o fracasso escolar estão diretamente ligados à existência ou não de uma relação de confiança no contexto escolar.

Assim, os mais diversos profissionais da educação, a partir dos trabalhos de Jean Piaget, Vygotsky e aqueles que os sucederam, se deparam com novas perspectivas para a prática escolar (VIANA & TEIXEIRA, 2002).

A função do docente não deve está pautada somente em um entendimento unificado por parte dos alunos, sendo este um fato extremamente difícil de conseguir. Na verdade, o objetivo de todo o processo é possibilitar uma reflexão analítica e assim oportunizar a construção do pensamento filosófico de maneira coletiva, englobando todos os envolvidos no sistema educacional. Infelizmente, uma grande parte dos professores ainda não percebem as barreiras que dificultam o aprendizado dos educandos e os classificam como sendo fracassados e preguiçosos (FRAUCHES, 2003).

De modo que não venha a ocorrer esse fato, é obrigação do professor verificar os conhecimentos prévios adquiridos pelos alunos assim que adentram a formação escolar. Entretanto, não basta atentar para as experiências vivenciadas, devendo também serem observadas a capacidade de aprendizagem e o grau de maturidade dos educandos, bem como a fala, a escrita e as suas percepções culturais e sociais.

O que se pode observar e refletir é que a maioria das crianças quando chegam na escola acabam trazendo inúmeras experiências na prática da linguagem escrita, sendo que algumas têm vaga experiência com a linguagem oral. É nesse sentido, que os professores devem atuar no auxílio dos educandos que enfrentam dificuldades de aprendizagens no âmbito escolar, realizando uma varredura de suas necessidades e oferecendo soluções

apropriadas para cada situação, tais como: uso de ferramentas visuais, midiáticas, desenhos e diagramas, a fim de facilitar o processo de ensino (NUNES, 1992; GOMES, 2000).

É importante salientar que a utilização do dicionário torna-se essencial para que o quantitativo do vocabulário dos alunos aumente, usando os artifícios para chamar atenção das crianças, como letras grandes e variedade de cores. Dessa maneira, toda ajuda na formação do educando é fundamental, tanto no quesito familiar como no âmbito escolar.

O aluno deve sentir-se participante do processo de ensino. Nesse caso, é relevante que o aluno desperte o interesse pela leitura e escrita de maneira espontânea, sugerindo o que vai ler ou escrever. No entanto, há um limite para essa ocasião, deixando claro que as atividades desenvolvidas pelo docente por mais que sejam obrigatórias são também flexíveis e passíveis de modificações, possibilitando uma resolução personalizada.

Na visão de Maruny (2000), o ato de ler oportuniza o controle da escrita e aumenta a velocidade sináptica do raciocínio, ou seja, ao se perguntar ao educando o que realmente ele queria escrever, na verdade deseja-se saber o mesmo sabe e compreende o que escreveu, tornando-se um hábito de grande avanço para o desempenho e prática de leitura e escrita.

O ideal seria que aquelas crianças de apresentassem um quadro delicado de aprendizagem, em meio as suas deficiências, tivessem uma quantidade maior de aulas, sendo necessário que o professor passe a planejar suas aulas levando em consideração a todos os possíveis obstáculos que possa encontrar durante o processo de aprendizagem.

É de extrema relevância que o educador seja portador do diagnóstico correto para que se possa avaliar de maneira plausível os erros cometidos pelos seus alunos, procurando sempre aperfeiçoar as etapas de leitura e escrita desenvolvidas em um ambiente seguro e de perfeita harmonia.

De acordo com Nébias (2011), o uso de novos instrumentos e aparatos metodológicos de forma errônea acaba por dificultar o entendimento do aluno. Dessa forma, o professor precisa ser dotado de artifícios para identificar a melhor maneira de a criança desenvolver competências e habilidades dentro do ambiente escolar, abrindo a visão do aluno de modo a deixa-lo livre para suas escolhas de leitura e escrita (NÉBIAS, 2011).

As crianças necessitam de oportunidades para demonstrarem suas habilidades e seus pensamentos, sentindo-se seguras para ultrapassarem suas limitações e seus medos,

adquirindo novos conhecimentos e informações que atuaram de forma implícita no seu processo de formação individual e também coletivo. Logo, a criança precisa ter liberdade para se expressar, é claro dentro de certos limites, para que junto com o professor assuma um papel ativo dentro dos parâmetros do processo de ensino-aprendizagem (MARUNY, 2000).

As atividades e programas lúdicos seriam o ideal para que o aluno forçasse o pensar de forma plausível e consciente. Nesse caso, os professores necessitam compreender o que está em evidencia no pensamento da criança e assim, entender os fatores externos e internos que clarificam o pensamento do aluno.

A partir desse pensamento, verifica-se que não basta ter o conceito de ensinar como somente transmissão de informações, mas também como fonte transformadora de ideias, fazendo com o docente comece a conhecer, a ouvir e a compreender o comportamento do aluno, aumento assim as chances do mesmo avançar de forma positiva aos modelos de ensino.

O papel do docente é realmente uma tarefa árdua, porém gratificante. O mesmo deve observar e identificar aqueles alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e aplicar um trabalho de intervenção para que se possa realizar um trabalho eficaz e mesmo que a longo prazo traga benefícios para o sistema educacional.

Existe, na realidade, uma ação conjunta entre escola e família. Ambas, ao detectarem a dificuldade de leitura e escrita devem procurar se unir e propor soluções para resolver tais problemáticas, sendo que quando possível encaminhar o aluno a outros profissionais mais bem qualificados, como é o caso da dislexia que merece muita atenção de toda a equipe pedagógica para não se agravar o estado do aluno.

Mediante a esses pensamentos e reflexões, verifica-se que essa temática mesmo sendo bastante discutida, ainda nos remete a outras problemáticas ainda não solucionadas, justificando e enriquecendo o interesse por esse trabalho que nos leva a pensar de maneira plausível a futuros questionamentos sobre as diversas dificuldades de leitura e escrita que acometem a uma grande quantidade de educandos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo analítico pode-se aferir que, conhecer as dificuldades de cada aluno torna-se essencial para o trabalho desenvolvido pelo professor, devendo ouvir

atentamente seus questionamentos e os entraves que podem desencadear o processo de ensino-aprendizagem.

O uso de novas metodologias e ferramenta didáticas que melhorem o desempenho do educando, bem como o uso de um planejamento consciente por parte do professor, é uma estratégia plausível para solucionar certas problemáticas e dificuldades de leitura e escrita dentro do âmbito escolar.

Desse modo, a formação do professor é fundamental para que o mesmo possa enfrentar os desafios de sala de aula e está preparado para desenvolver novos métodos de ensino que incluam os alunos com dificuldades de leitura e escrita, aprimorando os seus conhecimentos e encarando situações-problema que podem ser solucionados a partir da ação conjunta dos proponentes envolvidos no processo de ensino, beneficiando o sistema educacional e a sociedade como um todo.

Assim, cabe aos professores reconhecerem quando existe em um educando a dificuldade de leitura e escrita, compreendendo a importância de suas sinalizações, para que no futuro bem próximo o aluno possa caminhar de maneira positiva para maiores práticas e desafios, adquirir novos conhecimentos, aperfeiçoando seu desempenho como estudante, indivíduo e apresentar valores morais, sociais e culturais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. F. C. de. O lugar da afetividade e do desejo na relação ensinar- aprender. Temas em Psicologia, n.1, 1995.

ALYRIO, R.D. Metodologia Científica. PPGEN: UFRRJ, 2008.

ANDRADE, M. M. Como Preparar Trabalhos para Cursos de Pós Graduação. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BARRETO, A. de A. A condição da informação. São Paulo em Perspectiva, v. 16, n. 3, p. 67-74, jul./set. 2002.

BARBOSA, J. J. Breve Historias da Metodologia; In BARBOSA, José Juvêncio: Alfabetização e Leitura. São Paulo: CORTEZ, 1990.

BESSA, F; AFONSO, R. Dislexia – qual é o papel dos pais? Disponível em: <<http://www.Batina.com/magnata/dislex.htm>>. Acesso em: março de 2019.

CALAFANGE, S. Dislexia, um desafio do processo de ensino-aprendizagem. 2004. Disponível em www.internewws.com.br, em 13 de março de 2019.

- CAGLIARI, L. C. Alfabetização e Linguística. Rio De Janeiro: SCIPIONE FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia, 29ª Edição São Paulo: PAZ E TERRA, 2004.
- COLL, C. Psicologia e educação: aproximação aos objetivos e conteúdos da psicologia da educação. In COLL, C., PALACIOS, J., MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- DAVIS, R. D. 1942- O Dom da dislexia: por que algumas das pessoas mais brilhantes não conseguem ler e como podem / Ronald D. Davis com Eldon M. Braun; tradução de Ana Lima e Gracia Badaró Massad. – Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- DOCKRELL, J; MCSHANE, J. Dificuldades de aprendizagem en la infeen foque cognitivo. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S.A., 1997.
- GOMES, M. F. C, SENA, M. G. C. Dificuldade de Aprendizagem na Alfabetização. Belo Horizonte: a AUTÊNTICA, 2000.
- FRAUCHES, C. C. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ilape, 2003.
- MARUNY, C. L. Escrever e ler: como as crianças aprendem e como o professor pode ensina-las a escrever e a ler/ Lluís Maruny Curto< Maribel Ministral Morillo e Manuel Miralles Teicidó; tradução Ernani Rosa.-Porto Alegre: Artmed, 2000.
- MORAIS, António Manuel Pamplona. Distúrbios da aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica. São Paulo: Edicon, 1997.
- NUNES. Terezinha. Dificuldade na Aprendizagem da Leitura: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 1992.
- NÉBIAS, Cleide; A Participação do Psicopedagogo na Avaliação Institucional; In: Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia; Vol. 19 nº 56; São Paulo; Set./2001.
- NILSSON, Inger; A Educação de Pessoas Com Desordem Espectro Autístico e Dificuldades Semelhantes de Aprendizagem, Temas Sobre Desenvolvimento; Vol. 12; nº 68; p. 5 - 45; 2003.
- OLIVEIRA, Marta Khol– de VYGOSTKY- Processos de Aprendizagem da Letra Escrita I. São Paulo SCIPIONE: 1993.
- PAIN, S. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- PINHEIRO, Angela Maria Vieira. Leitura e Escrita: Uma Abordagem Cognitiva. Editorial Psy, Campinas/São Paulo: 1994.
- VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2004.
- VIANA, F. e TEIXEIRA, M. (2002). Aprender a ler: da aprendizagem informal à aprendizagem formal. Lisboa: Edições Asa.
- SALTINE, Cláudio J. P. Afetividade & Inteligência, A Emoção na Educação. 4ª Edição: Rio de Janeiro: DP&A 2002.
- WEISS, Maria Lúcia L. Psicopedagogia Clínica Uma Visão diagnóstica dos Problemas de Aprendizagem Escolar. 10ªedição. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.